



IX CONGRESSO ESTADUAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

O **Ministério Público** e os desafios do novo processo

26 a 28 maio de 2010

Hotel Mercure | Belo Horizonte

P R O G R A M A



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sala Kepler

Dia 27 de maio

10h | Reunião da CONAMP Região Norte

14h | Reunião da CONAMP

Dia 28 de maio

9h30 às 10h30 | Correio

14h | CAO Saúde (Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde)

JUSPREV | Estará à disposição no stand, durante todo o evento.

Comissão organizadora

Presidente | Rômulo de Carvalho Ferraz
Erika de Fátima Matozinhos Ribeiro Lisbôa
João Medeiros Silva Neto
Marcelo de Oliveira Milagres
Regina Rodrigues Costa Belgo

Informações

O valor de inscrição inclui:

- Palestras e apresentações de teses.
- Pasta e material.
- Coffee - break.
- Coquetel dia 26/05.
- Almoço dias 27 e 28/05.
- Festa de encerramento no dia 28/05.

Festa, com Show do MONOBLOCO

Dia 28, à partir de 22h

Local: Hard Rock Café

Rua Senador Milton Campos, 155 – 1º Piso

Bairro Vila da Serra

Agência de Viagem

Virtude Turismo

Presente no local do Congresso: passagens aéreas, transfer e pacotes turísticos

Tel: (31) 3567-7716 / 3567-7730

Reservas: reservas@virtudeturismo.com.br



IX CONGRESSO ESTADUAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

O **Ministério Público**
e os desafios do
novo processo

Programação de Teses

▪ Manhã | Sala Sirius I

1. 10:30 às 10h50 | Dano Moral Coletivo | Da quantificação do dano moral coletivo

Gisela Potério Santos Saldanha

2. 10h50 às 11h10 | Ação civil pública e as políticas públicas: o princípio da separação dos poderes e a cláusula da reserva do possível

Shirley Fenzi Bertão

3. 11h10 às 11h30 | O cumprimento de sentença (inserido pela Lei n.º 11.232/2005) e as obrigações alimentares

Erika de Fátima Matozinhos Ribeiro Lisboa

4. 11h30 às 11h50 | Validade do Art. 2º, § 2º, da Lei 9.613/1998 (Lei de "lavagem de dinheiro")

Denílson Feitosa Pacheco

5. 11h50 às 12h10 | A prática da "autonomia" pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e a gestão do Fundo da Infância e da Juventude

Epaminondas da Costa

6. 12h10 às 12h30 | Estágio de convivência, "devolução" imotivada em processo de adoção de criança e de adolescente e reparação por dano moral e/ou material

Epaminondas da Costa

▪ Manhã | Sala Sirius II

7. 10:30 às 10h50 | A inaplicabilidade da suspensão processual nos delitos de violência doméstica e familiar contra a mulher

Laís Maria Costa Silveira

8. 10h50 às 11h10 | Do dever do Ministério Público fiscalizar as portarias que limitam o acesso do jurisdicionado aos fóruns

Enéias Xavier Gomes

9. 11h10 às 11h30 | A referência expressa ao autoprecedente como instrumento de coerência, equidade, transparência e racionalização nas manifestações do Parquet

Paulo Calmon Nogueira da Gama

10. 11h30 às 11h50 | Defesa do direito à educação de qualidade: por um Ministério Público promocional e pró-ativo

Cláudia de Oliveira Ignes

11. 11h50 às 12h10 | O dever do ministério público de impedir o retrocesso social como forma de proteger a dignidade da pessoa humana

Fabício José da Fonseca Pinto, Fabício Marques Ferragini

▪ Manhã | Sala Sirius I

1. 9h30 às 9h50 | A impossibilidade, inviabilidade e desaconselhabilidade da transação penal e da suspensão condicional do processo em crimes de ação penal privada

Calixto Oliveira Souza

2. 9h50 às 10h10 | A atuação do Ministério Público na defesa do direito individual à saúde

Flávio Jordão Hamacher

3. 10h10 às 10h30 | Protesto por novo júri e direito intertemporal

Regina Rodrigues Costa Belgo

▪ Manhã | Sala Sirius II

5. 9h30 às 9h50 | Pacto Federativo e políticas públicas de saúde: quem paga o pato?

Antonio Joaquim Fernandes Neto

6. 9h50 às 10h10 | Os direitos coletivos como produtos culturais – uma homenagem ao professor Joaquín Herrera Flores

Antonio Joaquim Fernandes Neto

7. 10h10 às 10h30 | O prazo prescricional das ações coletivas: poupadores e planos econômicos

Marcos Tofani Baer Bahia, Amauri Artimos da Matta

8. 10h30 às 10h50 | A Lei de Improbidade Administrativa como instrumento para a perda da função pública e o equívoco do fracionamento da competência

Luiz Carlos Teles de Castro

▪ Tarde | Sala Sirius I

1. 14 às 14h20 | Ministério Público como autor de Ação Civil Pública de Desapropriação Imobiliária

Marcelo de Oliveira Milagres

2. 14h20 às 14h40 | As prefeituras privadas e a inconstitucionalidade do fechamento de ruas e de praças

Antônio Sérgio Rocha de Paula

3. 14h40 às 15h | Hipossuficiência do autor e princípio da universalidade

Luciano Moreira de Oliveira

4. 15h às 15h20 | Prescrição bienal da pretensão de punir pessoas jurídicas em virtude de imputação de crime ambiental

Rodrigo Iennaco de Moraes

5. 15h20 às 15h40 | Improbidade administrativa: a indisponibilidade de bens e a desnecessidade da prova de dilapidação

Nedens Ulisses Freire Vieira

6. 15h40 às 16h | A contrariedade à legislação e à constituição federais das decisões judiciais que exigem prova de desonestidade, imoralidade ou de má-fé para caracterização de todo e qualquer ato de improbidade

Felipe Gustavo Gonçalves Caires

Realização



Patrocínio



Apoio



Organização

